

PREFÁCIO

A 25ª Edição da Revista ESMAT apresenta à comunidade científica brasileira 15 artigos de excelência, atendendo ao rigor acadêmico na captação de trabalhos provenientes de diferentes estados do Brasil e do exterior, preferencialmente selecionados ante os autores integrantes de Programas Stricto Sensu de renomadas instituições de ensino.

O índice de endogenia da presente edição é de 20% dos artigos, nela integrando 3 primorosos trabalhos do estado do Tocantins.

No artigo Controle de Constitucionalidade do Decreto-Legge italiano, o magistrado Esmar Vêncio Filho promove uma comparação dos institutos constitucionais do decreto-legge italiano e da medida provisória brasileira, examinando a estrutura dos referidos institutos e sistemas jurídicos. Trata-se de singular trabalho de Direito Comparado, em que se analisa a natureza jurídica, as limitações materiais, a eficácia e o contencioso de constitucionalidade, com o exame da competência do Tribunal Constitucional italiano e sua confrontação com o sistema processual brasileiro.

Vanildo Veloso e Ângela Haonat analisam o conteúdo da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral relacionada à desinformação, à liberdade de expressão e ao abuso de poder ante a utilização massificada da desinformação, bem como seus reflexos nos planos político e econômico, e no uso indevido dos meios de comunicação social.

Por seu turno, Roberta Nobre apresenta pesquisa sobre o perfil socioeconômico da violência contra a mulher na cidade de Palmas (Tocantins). A autora promove trabalho denso e criterioso, contemplando 251 processos do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da cidade de Palmas, ajuizados de 2018 a 2021, analisando o perfil das vítimas denunciadas, de forma a contribuir para o direcionamento das ações policial e jurisdicional no enfrentamento da violência doméstica. Para a autora, essa violência é decorrente da ordem patriarcal de gênero estabelecida culturalmente, que subordina a mulher, colocando-a em situação de opressão e violência.

A presença de 80% de exogenia nesta edição permitiu a captação de contribuições de diferentes regiões do Brasil, concomitantemente à meta de manutenção e ampliação do estrato qualis do periódico, atendendo às demais exigências emanadas da Capes.

Alice Bianchini apresenta importante trabalho sobre a teoria feminista do Direito, seus métodos e a importância da perspectiva de gênero no campo jurídico. To-

mando como base as contribuições da autora portuguesa Rita Mota Sousa, são analisados os 11 métodos jurídicos feministas, devendo ser levados em consideração na elaboração, aplicação e execução das normas jurídicas relacionadas à condição feminina, como condição para a garantia da efetivação dos direitos das mulheres.

Andrei Lorenzetto e Francieli Morbini promovem análise crítica dos smart contracts, suas bases essenciais e características, apresentando a sua aplicabilidade e utilização no âmbito da administração pública, defendendo os autores a necessidade de adaptação dessa inovação tecnológica à ordem jurídica.

Gustavo Senna e Adriano Pedra discorrem sobre o direito fundamental à boa administração pública e sua importância para o fortalecimento da democracia, apontando as consequências da má governança para a consecução dos objetivos do estado democrático de direito. Apostam os autores no caminho da prevenção, com a sugestão de criação de conselhos de integridade como mecanismo de tutela efetiva do direito fundamental à boa administração pública.

Newton Gomes Júnior apresenta os dados preocupantes da fome, reflexo de uma sociedade submetida às necessidades do capital em detrimento da satisfação das necessidades humanas básicas, evidenciando os significados da ideia de comida e da insegurança alimentar. Entende o autor que o atendimento prioritário das necessidades do capital engendra a condição de insegurança alimentar presente na atualidade.

Talissa Reato examina a conexão do consumo verde e da economia compartilhada ante as relações socioambientais e de sustentabilidade, evidenciando como elas colaboram com o compromisso de melhoria social e ambiental. Analisa a autora aspectos como a conscientização do consumo sustentável, a existência de aliança entre tecnologia e economia, bem como a relevância do consumidor verde na economia compartilhada.

Karine Salgado e Guilherme Soares evidenciam que o acesso à justiça é condição fundamental para a garantia de dignidade mínima. Para este fim, analisam os autores declarações de direitos dos séculos XVIII até a presente Constituição Federal, de 1988. Indo além da garantia de direitos, apresentam os autores os desafios para a sua efetivação no plano material. Nesse mister, investigam em que medida a implementação de novas tecnologias pode auxiliar na democratização de acesso à justiça, assegurando a garantia da dignidade humana.

Gabriela Ganho e Octavio Fischer analisam a relação entre a invisibilidade das pessoas negras no sistema tributário brasileiro e a manutenção da desigualdade racial no Brasil, com exame do racismo estrutural na sociedade brasileira. Para os autores, a estruturação do sistema tributário nacional, alicerçada no consumo, engendra modelo regressivo que contribui para o empobrecimento da população negra, recaindo sobre esta maior carga tributária.

O artigo de Liziane Oliveira e de Luiz Eduardo Santos parte dos critérios utilizados na tomada de decisões administrativas pelos colegiados do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), responsável pelo julgamento administrativo dos litígios tributários federais em segunda instância e em instância especial. Fazendo uso de três teorias da decisão (Atitudinal, Estratégica e Legalista), analisa as decisões (favoráveis ao contribuinte ou à Fazenda Nacional), tomadas pelos colegiados do CARF no ano de 2016, apontando a importância da Teoria Atitudinal como critério decisório, em face da Teoria Legalista.

Franciele Cardoso e Patrícia Moreira examinam a atuação do Ministério Público no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Tomando como ponto de partida o sistema patriarcal e a desigualdade de gênero, apontam a necessidade de efetivação dos direitos fundamentais e a concretização de políticas públicas voltadas ao combate da violência doméstica e familiar contra a mulher, como compromisso de erradicação desse tipo de criminalidade.

Como presença constante nas publicações da Revista ESMAT, integram a presente edição dois artigos internacionais, provenientes do País de Gales e da Espanha.

O professor Antônio Ioris, da Universidade de Cardiff, apresenta o trabalho *Indigenous Genocide Today: kaiowicide and the guarani-kaiowa ethnopolitical tragedy*, apontando o genocídio atualmente em curso no estado de Mato Grosso do Sul, descrito como kaiowcídio. Este corresponde, segundo o autor, à reencarnação de velhas práticas genocidas do capitalismo agrário, tendo como alvo o povo indígena Guarani-Kaiowa, vítima de demandas etnopolíticas baseadas na terra. Para Ioris, o kaiowcídio combina estratégias e procedimentos baseados na competição e na oposição entre grupos de pessoas que disputam as oportunidades sociais relativamente escassas de uma economia baseada no agronegócio. Com a publicação de mais este trabalho, alcança a Revista ESMAT artigos provenientes de 18 diferentes países.

Goñal Mayos, professor da Universidade de Barcelona, apresenta o trabalho *Inconsecuencias ante Distintos Tipos de Guerras: el ejemplo del Covid-19*. Em sua pesquisa, evidencia uma nova forma de guerra: as guerras de saúde, como ficou demonstrado com a pandemia de Covid-19, discorrendo sobre as consequências humanitárias, médicas, econômicas e políticas desse trágico acontecimento.

REVISTA
ESMAT

A variedade de temas e a riqueza de informações dos trabalhos selecionados corroboram ainda mais para a excelência dos artigos trazidos na presente edição, ofertando à comunidade brasileira contribuições científicas de vanguarda e densidade acadêmicas.

Palmas-TO, julho de 2023.

Prof. Dr. Tarsis Barreto Oliveira
Editor Científico da Revista ESMAT